# Colônia da Coroa: governo, tribunais e direito comercial após 1867

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Em 1º de abril de 1867, os Estabelecimentos dos Estreitos (Straits Settlements) deixaram de ser uma dependência da Índia britânica e tornaram-se colônia da Coroa, governada a partir de Londres pelo Colonial Office. A mudança foi celebrada em Singapura com fogos de artifício e com a inauguração do Town Hall. Para os mercadores que haviam lutado por ela durante uma década, significou o fim do governo a partir de Calcutá, que consideravam distante, alheio às condições locais e indiferente a seus interesses. Para a história do centro financeiro, a transferência abriu um período de setenta e cinco anos em que um legislativo colonial, uma Supreme Court reorganizada e um conjunto crescente de ordinances deram a Singapura a infraestrutura jurídica de uma cidade comercial moderna.

Este capítulo examina essa infraestrutura. Começa pelas queixas que levaram à transferência e pela própria transferência. Descreve em seguida a constituição da colônia da Coroa, o Legislative Council e o programa legislativo pelo qual a colônia adquiriu um código penal, códigos de processo e de prova e um arcabouço de direito

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

comercial. Acompanha a evolução dos tribunais e da profissão jurídica, passa ao direito societário e à moeda e termina com uma avaliação do direito como ativo comercial da colônia.

O capítulo dá continuidade ao argumento da Parte A, que remontou os fundamentos jurídicos da Singapura britânica aos tratados de 1824 e à Charter de 1826. Esses fundamentos deram ao povoamento um soberano, um tribunal e um direito. Sobre eles, a colônia da Coroa construiu um sistema jurídico capaz de servir a um porto cuja população cresceu de cerca de 300.000 habitantes em toda a colônia em 1871 para bem mais de meio milhão em 1901, e cujo comércio o ligava a todas as partes da economia mundial.

## Pontos essenciais

Em 1857, os mercadores de Singapura pediram a transferência do domínio indiano para o domínio da Coroa, invocando a política monetária, os condenados, o policiamento fraco e o descaso de Calcutá. O Straits Settlements Act de 10 de agosto de 1866 levou à transferência em 1º de abril de 1867, com um Governor, um Executive Council composto de funcionários e um Legislative Council em que os funcionários detinham estreita maioria. A colônia promulgou em 1871 um Penal Code baseado no modelo indiano, que entrou em vigor em 16 de setembro de 1872, seguido de códigos de processo penal e da Evidence Ordinance de 1893, enquanto o direito comercial continuou a seguir o direito inglês. A Supreme Court of the Straits Settlements substituiu a Court of Judicature em 1868 e tornou-se tribunal de apelação em 1873. O Straits dollar tornou-se a moeda da colônia em 1867, e um Board of Commissioners of Currency, criado em 1897, emitiu cédulas governamentais a partir de 1899.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

## Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com